
Catolicismo e Educação: demandas educacionais no Jornal O Operário, da Confederação Católica do Trabalho (Belo Horizonte, 1919-1929)

RENATA GARCIA CAMPOS DUARTE*

Resumo

Este trabalho objetiva investigar as demandas educacionais contidas no jornal O Operário, da Confederação Católica do Trabalho, associação operária criada em Belo Horizonte, no ano de 1919, cuja atuação foi importante no movimento operário da capital mineira ao longo da década de 1920. Baseava-se nos pressupostos da encíclica papal Rerum Novarum, e seu objetivo principal era colaborar na solução da questão operária em harmonia com as classes sociais. Funcionava como uma espécie de mediadora pacífica entre a classe operária e o poder público. Se este a apoiava enquanto meio de controle do operariado, principalmente frente a “ameaças” ideológicas que rondavam o mundo, por sua vez, a Confederação barganhava algumas demandas junto ao poder público. Através de seu jornal, O Operário, a Confederação Católica do Trabalho reforçou seu alinhamento em relação às ações governamentais. Foram analisadas 82 edições deste impresso, a partir das quais efetuou-se um levantamento dos artigos

* Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora do Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte (Estácio BH) e da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Unidade Ibirité). Bolsista do Programa Pesquisa Produtividade da Universidade Estácio de Sá.

que abordavam o conteúdo “demandas educacionais”, observando sua frequência e os organizando em temas. Sete artigos foram localizados: quatro sobre ensino primário, um sobre escola maternal, um sobre bibliotecas, e outros três sobre demandas diversas. Constatou-se que as demandas apresentadas não contrariavam as políticas públicas educacionais, ao contrário, dialogavam com estas na medida em que a instrução, em especial a alfabetização, era compreendida como prerrogativa para o progresso das classes tidas como “populares”, sendo destacadas algumas ações do Estado em prol da educação.

Palavras-chave: Belo Horizonte. Confederação Católica do Trabalho. Educação. Igreja Católica. Imprensa Operária.

¹ A encíclica *Rerum Novarum*, escrita pelo Papa Leão XIII em 1891, examinava as condições gerais da classe operária, além de defender a propriedade privada e a harmonia entre as classes sociais, e condenar as ideias socialistas e anarquistas, consideradas prejudiciais à harmonia social. Mais que isso, essas e outras doutrinas surgidas após o Iluminismo ameaçavam o poder da Igreja Católica enquanto fonte de saber. Provavelmente foi por essa razão que foram combatidas. Segundo Souza (2002), após momento de impassibilidade da Igreja concernente às relações fabris e ideias que questionavam os dogmas cristãos, o catolicismo social entrou na disputa pelo operariado e foi introduzido no mundo do trabalho com a *Rerum Novarum*, em 1891, e “impôs-se no Brasil ao longo de décadas, até se tornar, nos dias atuais, presente no discurso das lideranças de classe e nos textos normativos das relações trabalhistas, assistenciais, previdenciárias e sindicais”. (SOUZA, 2002, p. 20).

Introdução

Este artigo apresenta uma análise de algumas demandas educacionais que ocuparam as páginas do jornal O Operário, da Confederação Católica do Trabalho (CCT), criada em 28 de setembro de 1919, na capital de Minas Gerais, Belo Horizonte. Baseava-se nos pressupostos da encíclica papal *Rerum Novarum*¹, e sua principal finalidade, conforme consta nos estatutos, era colaborar na solução da questão operária em harmonia com as classes sociais “dentro do respeito ao princípio de autoridade, sem violência, sem atentar contra a ordem social e política.” (CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO, Estatutos, 1920, p. 04).

É importante destacar a ênfase da questão social por parte da Igreja Católica a partir desta encíclica, buscando reconciliar o catolicismo com os problemas do mundo contemporâneo. Há nela um reconhecimento da independência dos Estados em relação à influência religiosa. Contudo, a Igreja se colocou em franca oposição às ideias socialistas, ingressando na disputa pela classe operária ao propor a resolução pacífica dos conflitos entre capital e trabalho (ao invés da luta de classes), uma vez que se pautava

“em uma ideia de ordem harmoniosa, na hierarquia social e na propriedade como fundamento do bem comum.” (SOUZA, 2002, p. 63). O Estado era responsável por garantir a propriedade privada mediante leis e favorecendo seu acesso a todos, inclusive aos operários, “porém era preciso que o salário dos operários fosse suficiente.” (SOUZA, 2002, p. 66).

Conforme Passos (1991), a CCT era representante oficial da Igreja Católica, e foi a partir de sua prática que:

(...) a instituição eclesiástica de Minas Gerais entrou em contato direto com o mundo do trabalho. Todo o seu discurso converge para a promoção da ordem cristã na sociedade, combatendo a tendência revolucionária no terreno social. A fidelidade aos princípios da encíclica está presente na sua abordagem teórica e na experiência sindical. Eles estão expressos em seus “Estatutos” e na distribuição popular intitulada “Organização Operária – exposição de alguns princípios”. Esses documentos mostram a necessidade de que as instituições políticas funcionem sob a égide cristã. Através da ação católica, a política social pode funcionar de maneira harmoniosa. Ela é capaz de restaurar uma prática regeneradora. Dessa forma era possível controlar os conflitos entre trabalhadores e patrões e entre capital e trabalho (PASSOS, 1991, p. 19).

De modo geral, a ação da Confederação desenvolvia-se em torno de dois pontos: defesa e luta pelos direitos dos trabalhadores, garantindo melhoria das condições de vida dos trabalhadores, e a execução de um programa social articulado entre Igreja, Estado e associações operárias (PASSOS, 1991).

Nesse sentido, este artigo objetiva discutir as demandas educacionais, percebendo-as vinculadas às referidas instituições. Isso posto, questiona-se: Quais eram as demandas educacionais apresentadas no impresso da Confederação? Essas demandas se efetivaram? Qual era a relação da CCT com o Estado?

Considerando as relações construídas entre operariado, associações, Igreja e Estado foi realizado um levantamento e análise dos artigos que abordavam o conteúdo “demandas educacionais” no jornal *O Operário*, órgão da Confederação Católica do Trabalho. Além de *O Operário* (82 edições), outras fontes utilizadas nesta investigação foram o estatuto da CCT e documentos oficiais – leis e anuários estatísticos.

A Confederação Católica do Trabalho e *O Operário*: propostas, demandas e relações com o estado

Segundo os estatutos da CCT, publicados em 1920, suas principais atividades eram: defender interesses e direitos dos trabalhadores enquanto classe e indivíduos; pleitear vitória nas reivindicações operárias a partir da justiça; providenciar a defesa de trabalhadores sindicalizados quando perseguidos e processados, desde que não fosse por falta infame; efetuar cobrança de valores devidos aos trabalhadores associados; promover realização e contrato de trabalho e observar sua correta execução; proporcionar educação profissional, moral e cívica dos trabalhadores; impulsionar a criação de confederações congêneres em localidades mineiras, “fazendo de todas uma única confederação no Estado.” (CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO, Estatutos, 1920, p. 03-04).

Desde seu surgimento e ao longo da década de 1920, sua atuação foi importante enquanto orientadora do movimento operário de Belo Horizonte, uma vez que agregou e, até mesmo, impulsionou a organização de sindicatos de ofícios ou mistos e associações, como a Associação Beneficente Tipográfica e a Confederação

Auxiliadora dos Operários, que aderiram ao sindicalismo católico da CCT, e “passaram a funcionar de acordo com a Confederação desde a sua fundação, assinando petições junto com ela, acompanhando-a em todas as suas atividades.” (DUTRA, 1988, p. 170).

O refluxo do movimento operário e associativo de Belo Horizonte pode ser observado quando a CCT passou a dividir espaço com novas organizações igualmente ligadas a ação da Igreja Católica, como os Círculos Operários e a Juventude Operária Católica, que, de acordo com Dutra (1988), assinalaram uma nova etapa do denominado sindicalismo cristão a partir da década de 1930. Houve uma adequação da Igreja Católica às orientações de Roma baseadas na encíclica *Quadragesimo Anno*, publicada em 1931, quando “não se tratava mais de criar e controlar as organizações operárias, mas de estruturar os leigos numa organização política com um projeto para a sociedade, mobilizando e formando opiniões.” (LE VEN; NEVES, 1996, p. 86).

Apesar disso, a criação e ação da CCT possibilitou a valorização da questão social na medida em que amparou e retirou do esquecimento os trabalhadores, “desamparados no plano econômico e social” (PASSOS, 1991, p. 23). Mais que isso, em um momento de disputas entre diferentes projetos para e pelos trabalhadores, a Igreja se posicionou, abraçou a causa social e, ao mesmo tempo, esforçou-se para impedir a propagação, principalmente, do comunismo e anarquismo.

Através da publicação de seu jornal, *O Operário* (Figura 1), a Confederação Católica do Trabalho reforçou seu alinhamento em relação às ações governamentais. Em geral, os impressos operários eram jornais e revistas produzidos e/ou destinados aos operários e vinculados às associações, sem periodicidade definida e de curta duração, sendo necessárias subscrições para manutenção, e cujas tendências políticas, bem como as suas principais contendas e tensões, eram expressas em suas páginas. (DECCA, 1987; FERREIRA, 1988; HARDMAN, LEONARDI, 1991;

LUCA, 2006; MACIEL, 2008). Bilhão (2016, p. 40) afirma que estes podem atender uma intenção militante “a defesa de uma postura política, corrente ideológica, demanda social ou a outras reivindicações específicas.”

Figura 1 – Capa da primeira edição de O Operário (1920)



Fonte: O Operário, ano I, n. 01, 19/06/1920, p. 01.

O jornal foi publicado majoritariamente às quintas-feiras, entre os anos de 1920 e 1929², com o propósito de propagar o programa da Confederação e alcançar aqueles trabalhadores que não compareciam às reuniões desta. Como representante da CCT, o impresso defendia a ação operária em harmonia com as classes sociais, sem atentar contra a ordem estabelecida, sem prejuízo ou ódio para as outras classes sociais. Nesse sentido, *O Operário* se colocava contrário às ideias anarquistas e comunistas, sem meio termo entre catolicismo e socialismo e anarquismo, artifício utilizado para valorizar o catolicismo enquanto estratégia de enfrentamento dos dilemas sociais.

Importantes campanhas, orientadas sobretudo aos operários, ocuparam as páginas deste periódico, como a censura cinematográfica, a carestia da vida, a definição do salário-mínimo, a defesa da jornada de trabalho de oito horas, o alistamento eleitoral (em 1921 e 1922), contra o uso excessivo de bebidas alcoólicas, bondes baratos (1929), e destacadamente, o descanso dominical, a garantia de habitações, e a revalidação de terrenos para os operários. As três últimas contendidas motivaram representações enviadas ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte³, em 1921. (O OPERÁRIO, ano I, n. 20, 24/03/1921, p. 01-03).

Igualmente objetivando orientar os operários, foram noticiados acontecimentos relativos ao movimento operário em demais cidades mineiras, estados brasileiros e, até mesmo, outros países. Destacava positivamente as associações operárias católicas (nacionais e internacionais), associações confederadas a CCT, entre outros grupos, mobilizações e conquistas da vertente católica do movimento operário.

De outro lado, por incontáveis vezes, o jornal desqualificou o movimento operário revolucionário, em suas diferentes matrizes (principalmente anarquista, comunista e socialista), pela refutação dos princípios cristãos, especialmente, no tocante a harmonia entre as classes sociais. Sob outra perspectiva, compreende-se

² Houve interrupção da publicação entre 1925 e 1929, quando o periódico foi retomado (a partir de 28 de março), mas definitivamente cessado nesse mesmo ano. Segundo Amaral (2015), as informações referentes a Confederação passaram a ser divulgadas, a partir de 1935, pelo jornal O Diário e, de 1938 a 1939, pelo periódico Vida Nova.

³ O Conselho Deliberativo era composto por sete membros eleitos pelo povo e encarregados dos exercícios de fiscalização e aprovação de orçamentos e tributos municipais, tendo funcionado entre 1900 e 1930.

tal estratégia como meio de reforçar a ação católica entre o operariado, principalmente a partir da constatação de que, no período analisado, as propostas anarquista e comunista não eram representativas entre os operários da capital mineira (AMARAL, 2015).

Entre os princípios do jornal, bem como da CCT, estava o de promover a educação profissional, moral e cívica dos trabalhadores. Desse modo, o periódico, ao mesmo tempo que elogiava alguns dirigentes por iniciativas voltadas à criação de escolas primárias, escolas maternas, nomeação de professores, entre outras, cobrava pela expansão de escolas para os trabalhadores. Isso porque a alfabetização dos operários era vista como meio destes possuírem liberdade, de compreenderem os regimes políticos, e de saberem regular as suas aspirações pela medida do justo, partindo da ideia de que se o regime não havia sido adaptado ao estado do povo, a educação seria responsável por elevar o povo a altura do regime, fornecendo, assim, instrumentos para a conquista de seus direitos em proveito do “progresso” da classe operária. A partir da análise do jornal, foram localizados sete artigos sobre “demandas educacionais”, conforme apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 - Artigos sobre “demandas educacionais” em O Operário

Número da edição	Ano da edição	Data	Número de artigos	Temas
01	I	19/06/1920	01	Ensino primário
06	II	04/08/1921	01	Ensino primário
32	V	05/1925	01	Ensino primário Escola maternal
07	VI	10/09/1925	01	Demandas diversas
01	VII	28/03/1929	01	Demandas diversas
03	VII	11/04/1929	01	Demandas diversas
17	VII	25/07/1929	01	Ensino primário Biblioteca

Fonte: O Operário.

A pretensão de instalação de um curso noturno direcionado aos operários, principalmente sócios desta associação, era anunciada logo na primeira edição do jornal (Figura 2). Este curso seria diri-

gido pelo professor José Augusto Campos do Amaral⁴ e funcionaria a partir de julho de 1920, após a efetivação das matrículas que se encerrariam no mês anterior (final de junho). Conforme a proposta, as aulas ocorreriam de 19 às 21 horas, de segunda a sábado, respeitando domingos e feriados oficiais e religiosos. Às segundas, quartas, quintas e sábados, as lições seriam de português e aritmética, e às terças e sextas, de geografia e história do Brasil (O OPERÁRIO, ano I, n. 01, 19/06/1920, p. 02).

⁴ Desde o início a CCT "foi dirigida pelo Dr. José Augusto Campos do Amaral, militante católico que atuaria em Belo Horizonte até sua morte, em 1931." (AMARAL, 2015, p. 57).

Figura 2 – Curso noturno operário

que... deve ser... pontualmente as sessões? Vai nisto a sua honra.

Curso noturno operario

A Confederação pretende instalar o CURSO NOCTURNO OPERARIO, no dia 1.º de Julho proximo.

Esse curso vai ficar sob a competente direcção do professor Francisco de Assis Campos do Amaral.

Obedecerá PROVISIONALMENTE ao seguinte programma: portuguez e arithmetica, ás segundas, quartas, quintas e sabbados; geographia e historia do Brasil, ás terças e sextas-feiras.

As outras materias serão previamente combinadas.

As aulas funcionarão nos dias uteis, das 7 ás 8 e das 8 ás 9 horas da noite. Respeitam-se os domingos, dias santificados e feriados nacionaes.

A matricula estará aberta do dia 20 ao dia 30 de Junho corrente, das 6 ás 7 horas da noite, no salão do Collegio Pio X, Confederação Auxiliadora dos Operarios, rua Tupynambás n. 981.

As inscrições estão a cargo do Secretario da Confederação Catholica do Trabalho João Francisco de Jesus, podendo os socios entender-se com elle nos dias de reuniões dos syndicatos.

A mensalidade, para os socios da Confederação, será de 5\$000; paga adeantadamente.

Fonte: O Operário, ano I, n. 01, 19/06/1920, p. 02.

Outra demanda concernente ao ensino primário foi realizada em sessão ordinária dos sindicatos vinculados a CCT, da qual alguns debates foram publicados em edição do periódico de agosto de 1921. Ao que parece, dois membros do sindicato dos pedreiros propuseram – o que foi posteriormente deliberado – que este sindicato provesse meios para criação de aula noturna de desenho e geometria para os operários que quisessem, possivelmente uma necessidade advinda do exercício da profissão de pedreiro. Para este projeto haviam 15 sócios interessados para o início das aulas (O OPERÁRIO, ano II, n. 06, 04/08/1921, p. 04).

Apesar dessas demandas, em edição de 1929, o jornal informava, entre outras ações, a construção de sua sede para instalação de curso noturno e biblioteca (O OPERÁRIO, ano VII, n. 17, 25/07/1929, p. 03). Não havia nenhuma menção às aulas anteriormente estabelecidas pela CCT. Logo, devido à insuficiência de informações, não se pode afirmar se as duas intenções de imediato se efetivaram. No Anuário Estatístico de Belo Horizonte, de 1937, a Escola da Confederação Católica do Trabalho aparece relacionada como escola de ensino primário supletivo, localizada na Rua dos Guaranis, sede da CCT na região central da capital mineira (MINAS GERAIS; SECRETARIA DA AGRICULTURA, 1937, p. 241).

Ainda assim, no ano de 1922, o jornal informou sobre acontecimentos relativos a uma escola operária, a Escola Operária Donato da Fonseca, em funcionamento desde 1920, sob a direção do professor José Donato da Fonseca. A respeito desta escola comunicou a realização de exames escritos e orais (português, aritmética e caligrafia) de 1º ano. (O OPERÁRIO, ano II, n. 28, 05/01/1922, p. 04). Todavia, não é possível certificar qual a relação existente entre a CCT e esse estabelecimento escolar. No entanto, Nogueira (2012) afirma ser a Escola Operária Donato da Fonseca a nomenclatura adotada pela escola noturna da Confederação Auxiliadora dos Operários, a partir de 1920.

A defesa da instrução, com ênfase para a alfabetização, aparecia como prerrogativa para o progresso das classes tidas como “populares”. Nesse sentido, O Operário, de maio de 1925, em texto de autoria do político e militante católico Furtado de Menezes, corroborava os feitos do governo de Minas Gerais a favor da instrução e elevação intelectual da população pobre. Segundo o periódico, desde a administração de Artur Bernardes (1918-1922), as páginas do Minas Gerais, órgão oficial do governo mineiro, apareciam repletas de decretos de criação de escolas e nomeações de professores. Essa disposição teria sido continuada no governo de Melo Viana (1924-1926), destacado, principalmente, pela criação da escola maternal:

(...) aparelhou a situação dos professores, tornou mais eficaz a fiscalização das escolas, com o estabelecimento de louvores e penas, apelou para o auxílio das Mães de família e, voltando-se para os filhinhos dos operários da nossa capital, vendo-os pequenitos ainda até para os jardins da infância mimoseou-os agora com a Escola Maternal, ninho de carícias, a que as pobres operárias confiem as suas joias mimosas, durante as horas do labor diuturno a que se entregam nas fábricas para ajudarem os companheiros na manutenção do lar. (O OPERÁRIO, ano V, n. 32, 05/1925, p. 04).

Verifica-se a estreita relação entre a Confederação e o poder público, de modo que o jornal quase nunca se posicionava contrário ao governo. Assim, mesmo quando alguma crítica social era feita, buscava-se argumentos conciliadores.

Alguns meses depois, em reportagem de capa, de setembro de 1925, era destacada uma mensagem de Melo Viana acerca do progresso do ensino primário, enfatizando seu esforço na eliminação do analfabetismo no Estado e a elevação dos vencimentos dos professores, como se verifica na Imagem 3 (O OPERÁRIO, ano VI, n. 07, 10/09/1925, p. 01).

O *Operário* em 1925 (Figura 4), com dez páginas em comemoração ao Dia do Trabalhador, recheada de homenagens a esses sujeitos, entre eles: Melo Viana (presidente do Estado de Minas Gerais e “grande amigo dos operários”), Dom Cabral (Arcebispo de Belo Horizonte), Sandoval Soares de Azevedo (Secretário do Interior e “devotado amigo dos operários”), e Mario de Lima (poeta, jornalista e secretário da presidência do Estado de Minas Gerais). (O *OPERÁRIO*, ano V, n. 32, 05/1925).

Figura 4 – Homenagens na capa da edição comemorativa de *O Operário* (1925)



Fonte: O Operário, ano V, n. 32, 05/1925, p. 01.

Nessa mesma edição, apontava a CCT e seu impresso para uma vontade geral das classes operárias em “progredir” e ocupar um posto mais “elevado” e “nobre”:

(...). É esse lema adotado pelo atual governo de Minas.

Se as classes populares não estão aptas para dirigirem-se porque constituem-se na maioria de analfabetos, vamos alfabetizá-las.

Espalhemos mestres, criemos escolas, derramemos, difundamos a luz da instrução por este território vastíssimo.

Livros, livros a mãos cheias, e que ao em vez de cercear-se a liberdade dos cidadãos por não terem suficiente preparo para dela gozar, por meio de obras de educação popular, demos ao grande número a dose de capacidade e experiências necessárias para que se tornem capazes de compreender o regime, de regular as aspirações pela medida do justo.

Se o regime não foi adaptado ao estado do povo, procuremos elevar o povo até colocá-lo à altura do regime.

Bem haja, pois, um governo que assim pensa, e, o que é melhor, age nesse sentido.

Desde o governo Bernardes nos habituamos a ver o órgão oficial do Estado com a sua primeira página repleta de decretos criando escolas, de atos de nomeação de professores. (...). (O OPERÁRIO, ano V, n. 32, 05/1925, p. 03-04).

Para concretização dos objetivos e direitos dos trabalhadores em busca do “aperfeiçoamento moral e intelectual da humanidade”, as “inferioridades civis e políticas” deveriam ser eliminadas e, para tal, o direcionamento do Estado se fazia necessário por meio de políticas educacionais de combate ao analfabetismo, as quais, segundo o jornal, possibilitariam a paulatina elevação do povo à altura do regime (O OPERÁRIO, ano V, n. 32, 05/1925, p. 03-04).

Há de se destacar referência feita a construção da escola maternal durante o governo Melo Viana, para que as mães operárias pudessem, com segurança, deixar suas “joias mimosas” enquanto trabalhavam.

Essa instituição não somente permitirá a operária trabalhar fora do lar, mas ainda dará ao Estado a possibilidade de preparar cidadãos mais robustos física e moralmente, pois, que lhe dará ocasião de ministrar às criancinhas de hoje no período mais delicado da vida, todos os recursos da higiene, da assistência médica e farmacêutica, uma alimentação mais sadia e os primeiros rudimentos de uma educação sólida que prosseguirá através do jardim da infância e do grupo escolar, para onde, felizmente, Deus já voltou (O OPERÁRIO, ano V, n. 32, 05/1925, p. 04).

Outra edição do periódico, a partir da mensagem do presidente do Estado Melo Viana, destacava como fato consolador “de um lado o esforço titânico do governo mineiro em destruir o analfabetismo, do outro a boa vontade do povo em corresponder a esse patriótico e nobre esforço oficial” (O OPERÁRIO, ano VI, n. 07, 10/09/1925, p. 01). O elogio se fazia ainda que o governo não tivesse cumprido seu uso para uma escola maternal. Em seu espaço funcionou, segundo informações de Mourão (1970), o Ginásio Mineiro, a Escola de Aperfeiçoamento, e o Colégio Militar.

Uma questão central, principalmente por se tratar de uma associação católica, se refere à permissão do ensino religioso nas escolas públicas do Estado. Desde a Constituição de 1891 havia a prerrogativa da laicidade, a Igreja Católica deixou de ser religião oficial do Estado brasileiro, devendo ser leigo o ensino nos estabelecimentos públicos, ou seja, proibiu-se o ensino religioso nas escolas públicas, fato que ocasionou intensos debates entre educadores católicos e escolanovistas.

Segundo Dallabrida (2005, p. 77), “apesar de algumas tensões, o episcopado brasileiro aceitou o regime republicano, mas posicionava-se contrário ao caráter laico do sistema público de ensino, porque acreditava que ele agredia a fé católica da maioria do povo brasileiro.” Desse modo, a Igreja se organizou e consolidou uma rede de escolas católicas em diferentes níveis, visto que havia permissão para agirem livremente as ordens e congregações no

país. Além disso, nas primeiras décadas do século XX, orientou aos católicos que frequentassem estabelecimentos escolares onde houvesse ensino religioso e, concomitantemente, condenou a existência das escolas leigas.

A Igreja Católica envidou esforços para fundar desde escolas paroquiais até universidades católicas, passando por colégios de ensino secundário, escolas normais e profissionais. Por outro lado, o episcopado brasileiro procurou, de modo diplomático e decidido, reintroduzir o ensino religioso – ou melhor, a doutrina cristã – no sistema público de ensino e incentivou os professores católicos a realizarem o curso normal e prestarem concursos públicos para recatolicizar a cultura escolar republicana e laica (DALLABRIDA, 2005, p. 79).

Para a Igreja, o aumento da violência e a desordem social eram consequências diretas da falta de conhecimento religioso da população brasileira. O remédio para tal situação era o ensino religioso nas escolas e jardins de infância, como reiterava a carta pastoral de 1915, a qual incentivou a luta dos católicos ante os problemas sociais e o ensino religioso nas escolas, “único meio de elevação do nível cultural do ‘povo ignorante’.” (SOUZA, 2002, p. 124).

Amaral (2015, p. 58) afirma que, desde 1912, seis anos após a proibição do ensino religioso nas escolas públicas em decorrência de reforma de ensino realizada durante governo de João Pinheiro (1906), essa era uma campanha católica, à época encabeçada pela União Popular, “quando enviou representação ao legislativo estadual solicitando a autorização para instrução religiosa facultativa.”

Em 1929, o presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos (1926-1930), foi o primeiro a permitir o retorno do ensino religioso nas escolas públicas, o que sinalizava para a força do catolicismo no Estado (SCHUELER; MAGALDI, 2009). Conforme Dutra (1988), foi autorizada uma hora de catecismo nas escolas. A decisão do governante gerou uma série de manifestações em seu apoio, como a que ocorreu na Praça da Liberdade:

No dia 21 de Abril terá lugar grandiosa manifestação que os católicos mineiros vão fazer ao Snr. Antônio Carlos, exprimindo-lhe o júbilo e a gratidão pela permissão do ensino religioso nas escolas. Tudo indica que esta manifestação será a mais imponente de quantas se realizaram nestes últimos tempos. Todos os operários de boa vontade e que presam o futuro de seus filhos, devem participar deste movimento, assistindo à missa solene na Matriz S. José e ao *Te Deum* na Praça da Liberdade (O OPERÁRIO, ano VII, n. 03, 11/04/1929, p. 04).

Não obstante, esse ato somente foi normatizado pelo legislativo mineiro em outubro de 1929, através da lei nº 1.092, que autorizou a instrução religiosa facultativa, em horário escolar, nas escolas mantidas pelo Estado, sem discriminação de nenhuma religião (MINAS GERAIS, 1929). Para além da questão do retorno do ensino da religião nas escolas públicas, foi em sua gestão que se implementaram a reforma do ensino primário e normal (comandada por Francisco Campos, em 1927) e a Universidade de Minas Gerais (1927), aspectos que conjugados com outros possibilitam avaliar suas pretensões políticas naquele momento. Alguns anos mais tarde, em 1931, o Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, mediante decreto nº 19.941, facultava o ensino da religião nos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal de todo o país, o que atestava o vigor e a expressividade da vertente católica e dos grupos educacionais confessionais no Brasil.

Conforme explicitado em *O Operário*, no final de década de 1920, duas emendas foram apresentadas ao projeto de revisão da Constituição, “uma reconhece que o catolicismo é a religião da maioria do povo brasileiro; outra permite o ensino religioso facultativo nas escolas”, as quais teriam provocado resistência de três grupos – maçonaria, espiritismo e protestantismo⁵ – contribuindo para o insucesso das proposições.

⁵ A carta pastoral do episcopado brasileiro de 1915, entre outros posicionamentos, “lançava-se contra os espíritas e protestantes.” (SOUZA, 2002, p. 124).

Nas escolas de localidades onde os habitantes sejam protestantes, seja o ensino protestante. Nas escolas onde haja os dois grupos em quantidade apreciável, seja o ensino católico para os católicos, protestante para os protestantes. Finalmente, na pior hipótese, os pais que não queiram para seus filhos esse ou aquele ensino religioso, façam retirá-los na hora de se ministrar o ensino de religião.

O que não podem admitir todos quantos sinceramente seguem a doutrina de Jesus Cristo é este sistema da escola leiga, destruidora de toda a ideia e de todo o sentimento cristão, tal qual desejam a maçonaria e o espiritismo. (O OPERÁRIO, ano VII, n. 01, 28/03/1929, p. 04).

A oposição dos dois primeiros grupos é admitida a partir da sua desqualificação enquanto “satânicos”, porém causava estranhamento a objeção do grupo protestante em relação à segunda proposta, visto que o ensino religioso era de caráter facultativo e não definida sua especificidade católica, podendo ser adaptável a depender da realidade dos alunos e do estabelecimento escolar.

Considerações finais

Assim sendo, observa-se que o apelo à educação profissional, moral, religiosa e cívica era importante na plataforma política da Confederação Católica do Trabalho, com ações presentes em várias situações, tais como, oferta de cursos noturnos para operários; cobrança aos governos para criação de escolas públicas; elogios a políticos por empreendimentos educacionais; e, ainda, participação no debate acerca da permissão do ensino religioso nas escolas públicas mineiras.

A partir da análise do periódico, constatou-se que as demandas educacionais apresentadas dialogavam com as políticas públicas para a educação, na medida em que a instrução, em especial a alfabetização, era compreendida como prerrogativa para o progresso

das classes tidas como “populares”, sendo destacadas algumas ações do governo do Estado em prol da educação. Indica, também, a orientação e as estratégias da Igreja em mobilizar o operariado e se reapropriar do protagonismo educacional perdido com a instalação da República.

Referências

AMARAL, Deivison. *Catolicismo e trabalho: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941)*. 2015. 192 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em História, Campinas, 2015.

BILHÃO, Isabel. A escrita militante: opúsculos como fonte e objeto de análise (reação à execução de Francisco Ferrer y Guardia). In: MOLINA, Ana Heloísa; FERREIRA, Carlos Augusto (org.). *Entre textos e contextos: caminhos do ensino de história*. Curitiba: CRV, 2016. p. 39-57.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *Estatutos da Confederação Católica do Trabalho*. Belo Horizonte, 1920.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*. Belo Horizonte, 1920-1929.

DALLABRIDA, Norberto. Das escolas paroquiais às PUCs: República, recatolicização e escolarização. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, vol. III: século XX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 77-86.

DECCA, Maria Auxiliadora. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DUTRA, Eliana. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil: 1880-1920*. São Paulo: Ática, 1988.

HARDMAN, Francisco F.; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Ática, 1991.

LE VEN, Michel Marie; NEVES, Magda. Belo Horizonte: trabalho e sindicato, cidade e cidadania. In: NEVES, Magda; DULCI, Otávio (org.). *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

MACIEL, Laura. “Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores?” *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 39, p. 89-135, jul./dez. 2008.

MINAS GERAIS. Lei nº 1.092, de 12 outubro de 1929. Permite a instrução religiosa, dentro do horário escolar, nos estabelecimentos de ensino mantidos pelo Estado. Belo Horizonte, 1929.

MINAS GERAIS; SECRETARIA DA AGRICULTURA. *Anuário estatístico de Belo Horizonte – Ano I – 1937*. Belo Horizonte: Oficinas Gráficas da Estatística Geral, 1937.

MOURÃO, Paulo Kruger. *História de Belo Horizonte de 1897 a 1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. *A escola primária noturna em Minas Gerais (1891-1924)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

PASSOS, Mauro. *A classe trabalhadora em Minas Gerais e a Igreja Católica: a ponta de uma memória (1900-1930)*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

SOUZA, Jessie Jane V. de. *Círculos operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

SCHUELER, Alessandra; MAGALDI, Ana Maria. Educação escolar na primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, p. 32-55, 2009.

Data de submissão: 05/10/2019

Data de aprovação: 25/10/2019